



Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

**MINUTA**

**Contrato para prestação de serviços de  
<resumo do objeto> que fazem entre si  
a Superintendência de Seguros Privados  
- SUSEP e a <nome da empresa>.**

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Autarquia Federal, ao Ministério da Fazenda, inscrita no CNPJ – MF sob o nº 42.354.068/0001-19, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 730, Centro - Rio de Janeiro - RJ, neste ato representada pelo (a) <cargo do ordenador de despesas>, Sr. <nome do ordenador de despesas>, <nacionalidade>, <estado civil>, portador do documento de identidade nº <nº da identidade>, expedido pelo <órgão expedidor> e inscrito no CPF – MF sob o nº <nº do CPF>, consoante delegação de competência conferida pela Portaria SUSEP nº xxxx, de xx de xxxxx de 200x, doravante denominada CONTRATANTE e a <nome da empresa>, inscrita no CNPJ – MF sob o nº <nº do CNPJ>, situada na <endereço>, neste ato representada pelo <nome do representante>, <nacionalidade>, <estado civil>, portador do documento de identidade nº <nº da identidade>, expedido pelo <órgão expedidor> e inscrito no CPF – MF sob o nº <nº do CPF>, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si e celebram o presente Contrato, nos termos do Pregão Eletrônico nº X/20XX, em conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e suas respectivas alterações, aplicando subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, as demais normas complementares, e do que consta do Processo SUSEP nº 15414.XXXXXX/XXXX-XX, mediante as condições inseridas nas cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de copeiragem a serem executados nas dependências da Regional da Superintendência de Seguros Privados em São Paulo, situada na Rua Formosa, 367 – 26º andar – Centro – São Paulo – SP, conforme especificações estabelecidas neste Instrumento, conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
01	Serviços contínuos de copeiragem, com estimativa de 01 posto de copeira, com a seguinte qualificação mínima: ensino fundamental completo e experiência profissional mínima de 06 (seis) meses.



Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

**MINUTA**

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

A vigência do presente Contrato terá duração de **12 (meses) meses**, contados a partir **de XX de XXXXXXXX de XXXX** ou **<da data da assinatura>**, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, de acordo com o inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/1993.

**Parágrafo primeiro.** A **CONTRATANTE** deverá realizar negociação contratual para a redução dos custos do Contrato.

**Parágrafo segundo.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis (equipamentos e infra-estrutura necessários à execução dos serviços) já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação, deverão ser eliminados como condição para a renovação.

**Parágrafo terceiro.** A prorrogação do prazo de vigência do Contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela **CONTRATADA** continuam vantajosas para a **CONTRATANTE**.

**Parágrafo quarto.** Caso, a critério da **CONTRATANTE**, seja dispensada a pesquisa de que trata o parágrafo anterior, eventuais reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei, e eventuais reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base no **item 5 do Termo de Referência SUSEP/ERSSP 01/2017**, conforme preceitua o § 2º do art. 30-A da IN SLTI/MPOG Nº 02 de 30 de abril de 2008.

**Parágrafo quinto.** Os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP.

- a) Se os valores forem superiores aos fixados pela SLTI/MP, caberá negociação objetivando a redução de preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS**

A **CONTRATADA** executará os serviços na forma e período estipulados no **item (quatro)**, constante do **Termo de Referência SUSEP/ERSSP 01/2017**.

**Parágrafo único.** Os serviços, objeto do **Termo de Referência SUSEP/ERSSP 01/2017**, serão executados pela **CONTRATADA**, obedecendo ao disposto no respectivo instrumento convocatório e seus anexos, nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, nos Decretos nº 5.450/05 e nº 2.271/97, na IN SLTI/MPOG nº 02/08 08 e suas alterações posteriores, e demais normas legais e regulamentares pertinentes.



**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

**MINUTA**

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

***Compete à CONTRATADA:***

- a) Executar os serviços conforme especificações **Termo de Referência SUSEP/ERSSP 01/2017** e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios constantes das cláusulas anteriores.
- b) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- c) Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração.
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto do contrato, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- e) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- f) Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- g) Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá com fotografia recente, além de provê-los com os equipamentos de proteção individual – EPI, quando for o caso.
- h) Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, na qualidade e quantidade especificadas no **Termo de Referência SUSEP/ERSSP 01/2017**, sem repassar quaisquer custos a estes.
- i) As empresas contratadas, que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:
  - i.1) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
  - i.2) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada; e
  - i.3) Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços.
- j) documentos mencionados no item 8.9 do **Termo de Referência SUSEP/ERSSP 01/2017** deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato. De igual modo, o desligamento de empregado no curso do contrato de



## Ministério da Fazenda

### SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

**MINUTA**

prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

- k) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta de mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

k.1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

k.2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

k.3) Certidões que comprovam a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

k.4) Certidão de regularidade do FGTS – CRF; e

k.5) Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

- l) Substituir, no prazo de 04 (quatro) horas, em caso de eventual ausência, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.
- m) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.
- n) Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a Contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;
- o) Apresentar, quando solicitado e desde que devidamente justificado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão Contratante.
- p) Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente, quando for o caso.
- q) Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no **Termo de Referência SUSEP/ERSSP 01/2017**.
- r) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração.



## Ministério da Fazenda

### SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

**MINUTA**

- s) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- t) Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- u) Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados no início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- v) Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- w) Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- x) Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
- y) Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá entregar declaração de que possui ou instalará escritório no município ou região metropolitana de São Paulo caso sua sede esteja fora desta região, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.
- z) Indicar, anteriormente ou no dia da assinatura do contrato, preposto aceito pela Administração e manter formas de contato com o mesmo para representar a Contratada na execução do contrato.
- aa) Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- bb) Fornecer, sempre que solicitados pelo fiscal do contrato, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante.
- cc) Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; sem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- dd) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- ee) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- ff) Não se beneficiar da condição de optante do Simples Nacional, salvo as exceções previstas no §5º-C do artigo 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- gg) Comunicar formalmente à Receita Federal do Brasil a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, saldo as exceções previstas no



## Ministério da Fazenda

### SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

**MINUTA**

§5º-C do artigo 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do artigo 17, XII, artigo 30, §1º, II e do artigo 31, II, todos da LC 123, de 2006.

- hh) Para efeito de comprovação da comunicação, a Contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- ii) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- jj) Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 01 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a Administração contratante utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos do artigo 35, parágrafo único da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008.
- kk) A Contratada fica ciente e providenciará o que lhe competir com relação ao item 19 que trata da Conta Vinculada do **Termo de Referência SUSEP/ERSSP 01/2017**.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

#### ***Compete à CONTRATANTE:***

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- b.1) O fiscal do contrato deverá comunicar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, assim como realizar comunicação ao Ministério do Trabalho e Emprego acerca de irregularidades no recolhimento do FGTS dos respectivos trabalhadores terceirizados.





**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

**MINUTA**

- c) Notificar a Contratada por escrito sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- d) Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.
- e) Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e, em especial, na Cláusula 15 do **Termo de Referência SUSEP/ERSSP 01/2017**.
- f) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG nº 02/2008.
- g) Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - g.1) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados.
  - g.2) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;
  - g.3) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - g.4) Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;
- h) Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato, nos termos do art. 34, §5º, inc. I, d e §8º da IN SLTI/MPOG nº 02/2008.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

A **CONTRATANTE** exercerá através do **ERSSP** e de servidor designado pela chefia, a fiscalização dos serviços, observando o fiel cumprimento do **Termo de Referência SUSEP/ERSSP 01/2017**, da Instrução Normativa MP/SLTI nº 02/2008, e de suas alterações posteriores, das Normas Internas e do disposto neste Contrato, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

**Parágrafo primeiro.** A fiscalização de que trata esta Cláusula, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE**.



Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

**MINUTA**

**Parágrafo segundo.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas às autoridades superiores da **CONTRATANTE**, em tempo hábil, para a adoção de medidas cabíveis.

**Parágrafo terceiro.** O acompanhamento e fiscalização desta contratação consistirão na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do mesmo, conforme consta no item 11 do **Termo de Referência SUSEP/ERSSP 01/2017**.

**Parágrafo quarto.** A fiscalização do contrato poderá, para fins de realização da verificação mencionada no parágrafo anterior, utilizar-se de quaisquer instrumentos previstos no **Edital do Pregão Eletrônico Nº XX/201x** e em seus anexos, ou na legislação vigente, notadamente no Anexo IV da IN MPOG nº 02/2008.

**Parágrafo quinto.** A **CONTRATADA** se obriga a cumprir com todos os requisitos referentes à Conta Vinculada, devendo:

- a) Firmar termo específico da instituição bancária oficial, que permita à **CONTRATANTE** ter acesso a saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da **CONTRATANTE** no que se refere à conta vinculada prevista no anexo VII da IN SLTI/MPOG 02/2008;
- b) Autorizar a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da **CONTRATADA**, observada a legislação específica;
- c) Autorizar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da **CONTRATADA**, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA**

Conforme previsto no artigo 56 da Lei nº 8.666/1993 e disposições do inc. XIX do artigo 19 da IN nº 02/2008 da SLTI/MPOG, será exigida garantia de execução do contrato, com validade durante a execução e até 03 (três) meses após o término de sua vigência, no valor de 5% (cinco por cento) do total do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação e ter seu valor complementado proporcionalmente a – e sempre que houver – eventuais acréscimos contratuais.

**Parágrafo primeiro.** A Contratada deverá apresentar no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período a pedido da mesma e a critério da Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia em uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública sob a forma escritural, conforme inc. I do §1º do art. 56 da Lei 8.666/1993, seguro-garantia ou, ainda, fiança bancária,





**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

**MINUTA**

sendo que no caso de caução em dinheiro este deverá ser feito na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da Contratante.

**Parágrafo segundo.** Qualquer que seja a modalidade escolhida, a garantia objetivará assegurar o pagamento de: prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada; e, também, obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não adimplidas pela Contratada e que não estejam previstas em conta vinculada – bloqueada para movimentação e nem puderem ser quitadas com o saldo dessa conta identificada na cláusula 18 do **Termo de Referência SUSEP/ERSSP 01/2017**.

**Parágrafo terceiro.** A não observância do prazo estabelecido no item 10.2 para apresentação da garantia contratual acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

**Parágrafo quarto.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei 8.666/1993.

**Parágrafo quinto.** Fica definido que o garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

**Parágrafo sexto.** A garantia será considerada extinta:

- a) – com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- b) – após decorridos 03 (três) meses do término da vigência do contrato, podendo esse prazo ser prorrogado em caso de ocorrência de sinistro ou fato superveniente devidamente constatado e comunicado pela Administração nos autos do processo em foco.

**Parágrafo sétimo.** A Contratante não executará a garantia **exclusivamente** na incidência das seguintes hipóteses:

- a) – caso fortuito ou força maior;
- b) – alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) – descumprimento das obrigações da Contratada decorrente de atos ou fatos da Contratante; ou



**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

**MINUTA**

d) – prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

**Parágrafo oitavo.** A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a Contratada pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Contratante, conforme estabelecido na IN SLTI/MPOG nº 02/2008.

**Parágrafo nono.** Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela Contratante.

**Parágrafo décimo.** Após o cumprimento fiel e integral do contrato, a Contratante devolverá à Contratada a garantia prestada.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO**

O preço dos serviços contratados corresponde à importância mensal de **R\$ XXXXXX (valor por extenso)**.

#### **CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

O recurso orçamentário destinado a atender as despesas decorrentes deste Contrato corresponde ao valor total de **R\$ XXXXXX (valor por extenso)** para o período de **XX (período por extenso)** meses, correndo **R\$ XXXXXX (valor por extenso)** por conta da dotação orçamentária consignada à **CONTRATANTE**, no exercício financeiro de **20XX**, pelo programa de trabalho **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, na categoria econômica **XXXXXX**, conforme Nota de Empenho **20XXNEXXXXXX** e **R\$ XXXXXX (valor por extenso)** a ser empenhado no exercício seguinte.

**Parágrafo único.** Em caso de prorrogação deste Contrato, as despesas para os exercícios subsequentes estarão submetidas à previsão orçamentária própria a ser consignada à **CONTRATANTE** na Lei Orçamentária da União.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO**

Em contraprestação aos serviços prestados, o pagamento será efetuado em parcelas mensais e em moeda corrente nacional, por meio de ordem bancária e crédito em conta corrente, em até 10 (dez) dias úteis, se a fatura, devidamente discriminada e acompanhada de todos os documentos necessários ao pagamento, for entregue no Protocolo da **CONTRATANTE** até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço. Caso não seja respeitado este prazo pela **CONTRATADA**, o pagamento será realizado de acordo com a disponibilidade da Contratante;



**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

**MINUTA**

**Parágrafo primeiro.** A nota fiscal/fatura deverá discriminar o mês da prestação do serviço e o serviço prestado;

**Parágrafo segundo.** Os **pagamentos estarão condicionados** à comprovação de recolhimento das contribuições devidas à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de toda documentação trabalhista e de toda documentação prevista nas Instruções normativas referentes ao serviço prestado, relativas aos empregados da contratada postos à disposição da contratante. Deverão ser enviados, no mínimo, os seguintes documentos:

- a) Comprovante do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED. O CAGED só é necessário enviar uma única vez no ano e quando houver contratação e demissão de funcionários. A RAIS deverá ser referente ao ano base anterior;
- b) Folha de Ponto dos funcionários do contrato do mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere a nota (vale ressaltar que ponto inglês -ponto assinado todos os dias no mesmo horário- não reflete a realidade do contrato de trabalho);
- c) Folha de pagamento de todos os funcionários vinculados à execução contratual do mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere a nota;
- d) Comprovante de pagamento dos salários, vales alimentação e vales transporte do mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere a nota (A comprovação do pagamento de salário deverá ser realizada através dos contracheques assinados pelos funcionários vinculados à execução contratual ou através de comprovante de depósito na conta bancária dos funcionários);
- e) Comprovantes de pagamento de outros benefícios previstos na convenção coletiva adotada, referente ao mês anterior ao da prestação do serviço a que se refere a nota;
- f) Protocolo de Envio de Arquivos Conectividade Social do mês anterior ao da prestação do serviço a que se refere a nota;
- g) Comprovante do GFIP e SEFIP, referentes aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, do mês anterior ao da prestação do serviço a que se refere a nota. Deverão ser enviados, no mínimo, os seguintes relatórios:
- h) "Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP em relação ao tomador/obra";
- i) "Resumo das Informações à Previdência Social constantes no arquivo SEFIP Tomador de Serviços/Obra";
- j) "Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS Empresa";
- k) "Relação de Tomador/Obra - RET";
- l) "Relatório Analítico da GRF";
- m) "Relatório Analítico de GPS";
- n) Comprovante de regularidade para com a Seguridade Social (guia e comprovante de pagamento), do mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere a nota;



**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

**MINUTA**

- o) Comprovante do recolhimento do FGTS (guia e comprovante de pagamento), do mês anterior ao da prestação do serviço a que se refere a nota;

**Parágrafo terceiro.** Não será considerada retenção de pagamento quando este deixar de ocorrer em razão da não apresentação de todos os documentos/comprovações relacionados neste item de pagamento, vez que o prazo para o pagamento somente começa a correr após a apresentação dos mesmos, para cumprimento do disposto no § 1º do art. 36 da IN SLTI nº 2/2008 e § 3º do art. 40 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo quarto.** O pagamento poderá ser realizado ainda que constatada irregularidade fiscal (SICAF) ou trabalhista (CNDT). Neste caso, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação, a Administração concederá um prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período por solicitação da contratada, para regularização, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções de multa e de impedimento de licitar e contratar com a União por até 5 (cinco) anos.

**Parágrafo quinto.** Previamente à contratação e antes de cada pagamento, será emitida, pela Contratante, através de consulta “on line”, certidão que comprove a regularidade da situação da empresa junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

**Parágrafo sexto.** Será verificada, também, a certidão de débitos trabalhistas (CNDT), conforme legislação vigente.

**Parágrafo sétimo.** A empresa contratada poderá ser penalizada, de acordo com a legislação vigente e com as cláusulas do **Termo de Referência SUSEP/ERSSP 01/2017**, caso não mantenha regular suas certidões obrigatórias.

**Parágrafo oitavo.** Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura, por incorreções, a contagem do prazo iniciará a partir da nova data de entrega, no protocolo da CONTRATANTE;

**Parágrafo nono.** As multas e retenções que porventura existam poderão ser, a critério da Administração da SUSEP, deduzidas no próprio valor a ser pago ou da garantia do contrato.

**Parágrafo décimo.** Do valor do pagamento mensal serão deduzidos os valores diários (proporcional) da não prestação dos serviços, observada a legislação pertinente, devendo a fatura discriminar os cálculos e os valores correspondentes.

**Parágrafo décimo primeiro.** O número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ indicado na nota fiscal deverá coincidir com aquele constante da proposta apresentada pela Contratada durante o procedimento licitatório, o qual será utilizado para consulta ao SICAF bem como para emissão de nota de empenho e demais documentos necessários.

**Parágrafo décimo segundo.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido pela Contratante deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data prevista para o pagamento



**Ministério da Fazenda**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

**MINUTA**

até a data do efetivo pagamento e calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP \quad \text{e} \quad I = \frac{(TX / 100)}{365}, \text{ em que}$$

365

- **EM** = Encargos moratórios;
- **I** = Índice de atualização financeira;
- **N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- **VP** = Valor da parcela em atraso;
- **TX** = Percentual da taxa de juro de moras ao mês.

**Parágrafo décimo terceiro.** O pagamento da multa pela Contratante estará condicionado à existência de recursos orçamentários.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REPACTUAÇÃO**

O valor contratual acima poderá ser repactuado, desde que sejam observados os prazos e condições estipulados no Decreto nº 2.271/1997 e na Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008 e suas alterações posteriores.

**Parágrafo primeiro.** Os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei.

**Parágrafo segundo.** Advindo prazo legal para repactuação do Contrato, caberá à **CONTRATADA** apresentar a formalização do pedido de repactuação, acompanhado da demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do Contrato, bem como do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, contendo o nº de registro no MTE, de acordo com a planilha inicialmente apresentada, devidamente justificada, efetuando os cálculos e submetendo-os à aprovação da **CONTRATANTE**.

- a) A documentação integrante do pedido de repactuação deverá ser protocolizada pela **CONTRATADA** no endereço da **CONTRATANTE**, aos cuidados do Fiscal do Contrato.
- b) O documento principal do pedido deverá apresentar justificativa para cada item da planilha de custos e formação de preços que tiver sofrido variação, apontando em cada caso o respaldo em dispositivo legal ou em cláusula do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- c) Além da via impressa protocolizada, a planilha de custos e formação de preços deverá ser enviada, em formato XLS, contendo as fórmulas de cálculo, por correio eletrônico para o endereço do Fiscal do Contrato.
- d) No caso de mudança de enquadramento tributário, a documentação deve conter comprovação de que a **CONTRATADA** sofreu reenquadramento, observando o



Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

**MINUTA**

período abrangido pelo pedido de repactuação, e os dispositivos legais demonstrando as novas alíquotas.

**Parágrafo terceiro.** Fica vedada a indexação por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação de custos.

**Parágrafo quarto.** Autorizada a repactuação pela **CONTRATANTE**, o pagamento da diferença entre o valor repactuado e o anteriormente praticado, relativo aos serviços já prestados, será efetuado mediante a apresentação de fatura distinta da apresentada mensalmente.

**Parágrafo quinto.** A alteração dos insumos da planilha de custos e formação de preços decorrente de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho somente poderá ser objeto de pedido de repactuação contratual, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, como capaz de ensejar a revisão contratual, para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, antes do vencimento do prazo constante no *caput* desta Cláusula.

**Parágrafo sexto.** O prazo para a **CONTRATADA** solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

**Parágrafo sétimo.** Caso a **CONTRATADA** não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo fixado no parágrafo anterior, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

**Parágrafo oitavo.** Na hipótese em que as negociações para a celebração do acordo ou convenção de trabalho, ou solução do dissídio coletivo eventualmente instaurado, se prolonguem por algum tempo após a data-base da categoria profissional abrangida por este Contrato e, nesse intervalo, a **CONTRATANTE** convoque a **CONTRATADA** para uma prorrogação contratual, será obrigação da **CONTRATADA** informar quanto à situação e solicitar formalmente que o seu direito à repactuação seja resguardado, sob pena de, perante omissão da **CONTRATADA** quanto à necessidade da repactuação, ter extinto seu direito por preclusão lógica.

**Parágrafo nono.** A **CONTRATANTE** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.

**Parágrafo dez.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

**Parágrafo onze.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

**Parágrafo doze.** A **CONTRATANTE** não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.





Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

**MINUTA**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na forma e nos prazos estabelecidos sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades constantes do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002 c/c o art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, garantida prévia defesa.

**Parágrafo primeiro.** Em caso de inexecução do Contrato, erro na execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a **contratada** estará sujeita às seguintes sanções administrativas, que poderão ser cumuladas, conforme a espécie de falta cometida, sendo também possível desde logo a aplicação da penalidade mais rigorosa, em vista da gravidade da conduta e dos prejuízos dela decorrentes:

a) Atraso na entrega da garantia contratual:

a.1) Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia, respeitado o limite de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, nos casos de atraso da entrega da garantia contratual, conforme estabelecido no item 12, até que a **CONTRATADA** dê solução à inexecução do avençado ou até a rescisão contratual, quando for o caso.

b) Atraso no fornecimento dos uniformes:

b.1) Multa de 1% do valor mensal do Contrato no caso de atraso de até 5 dias úteis;

b.2) Multa de 2% do valor mensal do Contrato no caso de atrasos entre 6 a 10 dias úteis;

b.3) Multa de 3% do valor mensal do Contrato no caso de atrasos entre 11 a 15 dias úteis;

b.4) Multa de 4% do valor mensal do Contrato no caso de atrasos superiores a 16 dias úteis; ou

b.5) Multa de 5% do valor mensal do Contrato no caso de atrasos maiores do que 1 (um) mês.

c) Atraso na entrega da Nota Fiscal ou Fatura:

c.1) Multa diária, contada a partir do 6º dia útil do mês subsequente da prestação do serviço, de até 0,2%, limitada a 20% do valor mensal do Contrato, a ser aplicada



**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

**MINUTA**

no caso de não regularização em até 30 (trinta) dias após o quinto dia útil ao mês subsequente da prestação do serviço; e

c.2) Em caso de reincidência do subitem anterior em prazo inferior a 12 (doze) meses, multa de 20% do valor mensal do Contrato.

d) Reincidência na não disponibilização de cobertura de faltas para os postos contratados:

d.1) Multa de 1% do valor mensal do Contrato no caso de atraso de até 5 dias úteis;

d.2) Multa de 2% do valor mensal do Contrato no caso de atrasos entre 6 a 10 dias úteis;

d.3) Multa de 3% do valor mensal do Contrato no caso de atrasos entre 11 a 15 dias úteis;

d.4) Multa de 4% do valor mensal do Contrato no caso de atrasos superiores a 16 dias úteis; ou

d.5) Multa de 5% do valor mensal do Contrato no caso de atrasos maiores do que 1 (um) mês.

e) Atraso no fornecimento de Vale Transporte e Vale Alimentação:

e.1) Multa de 1% a 3% do valor mensal do Contrato, caso o valor não seja disponibilizado aos colaboradores no prazo legal; e

e.2) Multa de 3% a 6% do valor mensal do Contrato no caso de reincidência no mês imediatamente posterior ao mês de aplicação da sanção do item anterior.

e.3) Multa de 1% a 5% do valor mensal do Contrato no caso de não envio da documentação obrigatória de comprovação do pagamento da remuneração, das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) e do cumprimento das obrigações trabalhistas correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida em até 10 (dez) dias após a solicitação do gestor.

f) Atraso no pagamento de salários:

f.1) Multa de 0,2% do valor total do Contrato por dia de atraso, limitado a 5% do valor total do Contrato;

f.2) Multa de 5% a 10% do valor total do Contrato; e



**Ministério da Fazenda**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

**MINUTA**

f.3) Rescisão unilateral do Contrato pela CONTRATANTE.

g) Descumprimento dos prazos de atendimento definidos no objeto da contratação:

g.1) Multa de até 1% a 5% do valor mensal do Contrato a cada ocorrência;

g.2) Multa de 5% a 10% do valor mensal do Contrato no caso de atrasos maiores do que 1 (um) mês;

g.3) Rescisão unilateral do Contrato pela **CONTRATANTE**;

g.4) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos, com o descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, na 3ª reincidência num período de até 12 (doze) meses.

h) Atraso Injustificado para início do Contrato:

h.1) Multa diária de 1% do valor total do Contrato, limitada a 10% desse valor;

h.2) Rescisão unilateral do Contrato pela **CONTRATANTE**; e

h.3) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.

i) Descontinuação na prestação do serviço, retardamento da execução do objeto, fraude na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, cometimento de fraude fiscal ou não manutenção da proposta:

i.1) Multa de até 10% do valor total do Contrato;

i.2) Rescisão unilateral do Contrato pela **CONTRATANTE**; e

i.3) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.

j) Hipóteses não elencadas nos demais itens desta cláusula ensejarão a aplicação de penalidade de:

j.1) Multa diária de 0,2% do valor mensal do Contrato, limitada a 20% do valor total do Contrato; ou



**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

**MINUTA**

j.2) Multa única, no valor de 1% a 10% do valor do Contrato, conforme a gravidade e os prejuízos oriundos da falta cometida;

j.3) Rescisão unilateral do Contrato pela CONTRATANTE; e

j.4) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.

**Parágrafo segundo.** As multas aplicadas poderão ser descontadas da garantia prevista no Contrato, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, recolhidas à conta Única do Tesouro Nacional em favor da **CONTRATANTE** ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

**Parágrafo terceiro.** As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à **CONTRATANTE**, decorrentes das infrações cometidas.

**Parágrafo quarto.** No processo de aplicação de sanções, será sempre assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**Parágrafo quinto.** A data de vencimento da guia para pagamento de multa que venha a ser aplicada será, preferencialmente, o último dia útil da quinzena ou do mês, observando-se que tal data não seja anterior a 7 (sete) dias úteis contados da data de assinatura da correspondência de notificação da sua aplicação ou da decisão em última instância.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

O Contrato poderá ser rescindido por inadimplemento de suas cláusulas ou quando verificados os fatos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, observadas as disposições contidas nos arts. 79 e 80 da referida Lei, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo primeiro.** Ocorrendo a rescisão, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, além das penalidades administrativas cabíveis, esta responderá por perdas e danos e demais cominações legais.

**Parágrafo segundo.** O Contrato também poderá ser rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, por motivo de conveniência da Administração, notificando-se à **CONTRATADA** com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** e, ainda, por acordo entre as partes.

**Parágrafo terceiro.** Em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do Contrato, prevista no art. 77 da Lei nº 8666/1993, a **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração Pública.



Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

**MINUTA**

*Parágrafo quarto.* Em caso de rescisão contratual, o documento expedido para comunicação substituirá o Termo Rescisório, ficando as partes contratantes desobrigadas dos compromissos assumidos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- a) É vedada a utilização da garantia ou deste Contrato para qualquer operação financeira, bem como a cessão, a subcontratação ou a transferência total ou parcial a terceiros da execução dos serviços contratados, sem o prévio consentimento da **CONTRATANTE**, sob pena da aplicação de sanções e penalidades previstas na Lei 8.666/1993, e conseqüente registro no SICAF.
- b) A **CONTRATANTE** poderá solicitar, a qualquer tempo, quaisquer documentos da **CONTRATADA**, para comprovação de regularidade de situação cadastral ou da contratação dos empregados envolvidos na prestação do serviço e demais documentos considerados pertinentes pela **CONTRATANTE**.
- c) A **CONTRATADA** deverá comunicar a **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer alteração em seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes, a fim de serem tomadas as providências cabíveis;
- d) Todas as comunicações referentes à execução dos serviços contratados, inclusive qualquer alteração do estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes, serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou remetidas pela **CONTRATADA** através de protocolo, carta registrada ou email com confirmação de recebimento pela **CONTRATANTE**.
- e) Só será permitida a permanência do empregado designado pela **CONTRATADA** nas dependências da **CONTRATANTE**, durante o período em que estiver prestando os serviços.
- f) Caso a **CONTRATADA** não comprove a manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual, constituir-se-á inexecução parcial do Contrato, incidindo as sanções cabíveis;
- g) A **CONTRATADA** deverá aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, na forma dos §§ 1º e 2º, do art. 65, da Lei nº 8.666/1993.
- h) A celebração do presente Contrato não acarretará qualquer vínculo empregatício entre a **CONTRATANTE** e os empregados indicados pela **CONTRATADA** para execução dos serviços. Caso a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, venha a ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes às relações de emprego, a **CONTRATADA** obriga-se a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.



**Ministério da Fazenda**

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

**MINUTA**

- i) São partes integrantes deste Contrato: o Edital e seus Anexos, bem como a proposta da **CONTRATADA** no que não conflitar com as partes deste Contrato.
- j) A **CONTRATADA** deverá apresentar no seu estatuto social objeto compatível à presente contratação.
- k) A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com as condições de qualificação e habilitação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico nº **xx/201x**.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, não resolvidas administrativamente, as partes elegem o Juízo Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Instrumento na Imprensa Oficial no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**Rio de Janeiro, **XX** de **XXXXXXXXXX** de 20**XX**.**

---

**Nome do Representante legal**

**Superintendência de Seguros Privados - SUSEP**

---

**Nome do Representante legal**

**Empresa contratada**